

## **A Ética dos Alunos de Administração e de Economia no Ensino Superior: um estudo sobre a fraude acadêmica em Portugal**

**Autoria:** Paulo Gama, Paulo Peixoto, Ana Maria Seixas, Filipe Almeida, Denise Esteves

### **Propósito Central do Trabalho:**

A fraude acadêmica cometida por alunos universitários é um problema de ordem institucional e social, com efeitos novíços na eficiência do mercado de trabalho e comprometedor da confiança da sociedade nas instituições, especialmente grave no caso de futuros decisores gerenciais. O objetivo deste artigo é estudar a atitude dos alunos de administração e economia perante a fraude acadêmica, a opinião deles sobre a sua gravidade, o que a motiva e o que a poderá inibir. Foram inquiridos 607 alunos de instituições de ensino superior portuguesas. Como contribuição teórica, propõe-se uma tipologia da fraude acadêmica. Os resultados sugerem interpretações inovadoras. Este artigo visa contribuir para colmatar essas lacunas, apresentando os resultados de um estudo sobre a atitude perante a fraude acadêmica de alunos de administração e de economia de instituições de ensino superior portuguesas. Simultaneamente, procurou-se igualmente superar algumas das limitações identificadas neste tipo de pesquisa, propondo uma delimitação conceptual para a fraude acadêmica, aplicando um novo questionário presencial alinhado com a tipologia de fraudes sugerida por essa definição e recorrendo a uma amostra multiregional e multi-institucional tendencialmente representativa do ensino superior em Portugal.

### **Marco Teórico:**

As transformações tecnológicas e políticas que ocorreram no mundo durante as últimas décadas tornaram mais fácil o acesso à informação e reforçaram a capacidade reivindicativa das sociedades contra os múltiplos abusos corporativos e institucionais que violam ou comprometem os seus direitos. No contexto empresarial, diversos escândalos com significativo impacto mediático atraíram a atenção pública para o comportamento ético das empresas (Witherspoon, Maldonado & Lacey, 2012; McCabe, Butterfield & Trevino, 2006), alimentando o debate sobre a fraude e a transgressão cometidas por empresários e gestores. Os estudos e ensaios académicos sobre a ética empresarial, as suas causas e os seus efeitos, têm-se multiplicado. No entanto, a pesquisa sobre a ética dos alunos de administração e de economia no meio universitário, como antecedente da sua ética profissional, têm sido mais raros. A fraude acadêmica cometida pelos alunos no ensino superior, quando não detetada, é um fator que perturba a justiça comparativa da avaliação no contexto universitário, mas que prolonga os seus efeitos na sociedade por meio de profissionais impreparados e predispostos à transgressão legal e ética. A fraude dos alunos e a injustiça na sua avaliação é um problema com implicações a vários níveis da vida coletiva, afetando não só a reputação das instituições universitárias (Walker, 2010), mas podendo também ser decisivo para o desenvolvimento económico e político de um país (Teixeira & Rocha, 2010). O intenso debate atual sobre questões de natureza ética no domínio profissional alerta para a importância fundamental de conhecer melhor o fenómeno da fraude no ensino superior, enquanto preditora de comportamentos futuros (Rumyantseva, 2005). A pesquisa sobre este tema é, no entanto, repleta de dificuldades. Por um lado, ainda não existe uma definição simples de fraude acadêmica que delimite o conceito e determine as suas fronteiras teóricas (Teixeira & Rocha, 2010). Por outro lado, decorrente dessa indefinição, a ausência de uma medida clara que inclua as diversas dimensões da fraude constitui outro obstáculo à comparabilidade dos estudos sobre a ética dos alunos do ensino superior (Walker, 2010). A medida mais utilizada para estudar a fraude acadêmica é copiar numa prova escrita, habitualmente sem sequer analisar se a fraude é concretizada com recurso a materiais não autorizados, a tecnologias de comunicação ou à cópia por um colega. Outros indicadores comuns, amplificados pelo uso de

novas tecnologias, incluem copiar de fontes não citadas, submeter trabalhos realizados por outra pessoa, solicitar ajuda de colegas durante as provas ou falsificar bibliografia (Witherspoon et al., 2012; Teixeira & Rocha, 2010). Outra das limitações habituais deste tipo de estudos é o seu limitado potencial de generalização, já que raramente incluem amostras aleatórias ou estratificadas. Mas talvez a maior das limitações seja a fiabilidade das respostas, já que se trata de um assunto com implicações morais, socialmente sensível, e que o questionamento, embora anónimo, se refere habitualmente à conduta do próprio inquirido (Walker, 2010). No entanto, apesar das suas reconhecidas insuficiências e limitações, este campo de estudo tem-se expandido nos últimos anos, contando já com um corpo robusto de resultados empíricos que permite inferências relativamente seguras sobre a realidade. Estudos recentes sugerem que a fraude académica entre os alunos tem aumentado em todo o mundo (McCabe, Trevino & Butterfield, 2001), com especial incidência no Leste e no Sul da Europa (Teixeira & Rocha, 2010).

### **Método de investigação se pertinente:**

Uma vez que o objetivo desta pesquisa é estudar a ética de alunos do ensino superior em Portugal, foi selecionada uma amostra de alunos de cursos de economia e de administração de instituições de ensino superior portuguesas, tendo como referência o universo constituído pela totalidade dos alunos inscritos no ensino superior em Portugal no ano letivo 2009/2010. A partir deste universo, efetuou-se a seleção das instituições e do número de alunos a inquirir por curso com base num critério de cálculo que mantém a proporção representativa de cada área de educação e formação e de cada sub-sistema de ensino (universitário e politécnico, e em ambos público e privado). Assim, com base nestes princípios, a amostra representativa da área de economia e administração no ensino superior em Portugal inclui 350 alunos de economia distribuídos por 7 cursos em 7 instituições e 2012 alunos de administração e áreas afins distribuídos por 34 cursos em 27 instituições. A coleta de dados foi realizada com base na aplicação, em sala de aula, de um questionário de resposta fechada, com a presença de um elemento da equipa de pesquisa disponível para esclarecer qualquer dúvida. Dadas as exigências deste método de seleção da amostra e de coleta de dados, apenas foi possível coletar 607 respostas de 6 cursos de 7 instituições de ensino, representando uma taxa de resposta de 25,7 % em relação à amostra desejada. O questionário utilizado nesta pesquisa constitui uma proposta original para coleta de dados e para o estudo da fraude académica cometida por alunos no ensino superior. A sua versão inicial foi inspirada por diversos instrumentos de pesquisa disponíveis na literatura, em especial as propostas de Morris e Kilian (2006), com adaptações sugeridas pelos trabalhos de McCabe (1999) e de Rennie e Rudland (2003). Foram posteriormente realizados debates com alunos sobre os diversos aspectos da fraude académica, com vista a enriquecer os conteúdos e adequar a linguagem. Foi realizado um teste-piloto com 452 alunos de quatro graduações (Almeida et al., 2010), após o qual foram corrigidas algumas questões e acrescentadas novas propostas. Uma nova versão foi apresentada a alguns docentes para se pronunciarem e com base em todas as contribuições foi aplicado, em fase de pré-teste, a 372 alunos de oito cursos de graduação.

### **Resultados e contribuições do trabalho para a área:**

O questionário incluía o questionamento aos alunos sobre a sua percepção quanto à frequência com que ocorrem, no seu curso, cada uma de 12 práticas de fraude académica. As respostas revelam que a prática mais comum é utilizar materiais não autorizados na realização de provas escritas, seguida de copiar numa prova escrita pelas respostas de um colega e de assinar um trabalho de grupo sem ter colaborado na realização do mesmo. As práticas que ocorrem menos frequentemente são comprar trabalhos a outros colegas e comprar trabalhos académicos fora da escola, com destaque para a quase ausência da prática de denunciar

fraudes acadêmicas cometidas por colegas estudantes. Os nove cenários incluíam nove práticas ativas – de apropriação ou simulação – e quatro práticas passivas – de facilitação da apropriação. Sobre todas elas era requerido ao aluno que se pronunciasse quanto à sua gravidade. Os resultados revelam que, ao contrário do que seria teoricamente previsível, os alunos não distinguem a gravidade de práticas ativas e passivas entre si, atribuindo graus de gravidade equivalente a práticas de apropriação e de facilitação que respeitem ao mesmo tipo de fraude. Por exemplo, as práticas de copiar numa prova escrita pelas respostas de um colega (apropriação) e deixar um colega copiar as suas respostas num exame (facilitação com risco) têm uma correlação estatisticamente significativa (sig. 0,000) de 0,744. Também as práticas de plágio autorizado do trabalho de outro colega (apropriação) e de emprestar a colega trabalho realizado por si próprio para que este apresente como seu (facilitação sem risco) estão significativamente correlacionadas (sig. 0,000) a 0,736. Estes resultados sugerem que as práticas de fraude talvez estejam relacionadas entre si por um critério que não aquele que decorre da tipologia proposta. A análise fatorial exploratória dos dados, realizada apenas para o conjunto de alunos que considera a fraude em geral inaceitável (uma vez que para os restantes a gravidade de cada fraude pode depender de circunstâncias particulares), sugere três fatores que explicam 64 % da variância total e que correspondem a fraude durante um exame escrito, fraude na realização e trabalhos e fraude baseada em transação económica ou afetiva. Esta análise, embora constitua apenas uma primeira aproximação, é já uma pista interessante sobre a forma como os alunos pensam sobre a fraude académica, classificando a sua gravidade não segundo a posição ativa ou passiva de quem comete fraude, mas de acordo com o tipo de situação de avaliação em que é cometida, com exceção da situação onde ocorra troca de dinheiro ou uma relação com um elemento externo ao contexto académico. Quanto às práticas com maior gravidade destaca-se a compra e venda de trabalhos, o recurso a materiais não autorizados durante as provas escritas e a colaboração de um familiar para realizar um trabalho em nome do aluno. As práticas menos graves incluem apresentar o mesmo trabalho em diferentes disciplinas e permitir que um colega partilhe a autoria formal de um trabalho sem ter participado nele (são também as práticas que mais alunos consideraram não ser fraude), o que parece revelar uma legitimação da fraude, desde que não represente apropriação do trabalho alheio ou obtenção de benefício por fonte externa ao processo pedagógico e estranha à rede de relações baseada na cumplicidade académica. Com base nos dados obtidos, é possível construir um indicador que permite avaliar a propensão do aluno para cometer fraude académica (o Índice de Predisposição para a Transgressão – IPT) e um indicador que permite avaliar a sua propensão para denunciar a fraude observada (o Índice de Predisposição para a Denúncia – IPD). Estes indicadores são uma inovação deste estudo, possível devido à forma como foi construído o questionário, e revelam-se especialmente interessantes para avaliar os determinantes da propensão para a fraude e também analisar com maior pertinência a opinião dos alunos sobre os motivadores e, mais ainda, os inibidores.

### **Referências bibliográficas:**

McCabe, D., Butterfield, K., & Trevino, L. (2006). Academic dishonesty in graduate business programs: Prevalence, causes, and proposed action. *Academy of Management Learning & Education*, 5(3), 294-305 ; Morris D., & Kilian C. (2006). Do Accounting Students Cheat? A Study Examining Undergraduate Accounting Students' Honesty and Perceptions of Dishonest Behavior. *Journal of Accounting, Ethics & Public Policy*, 3(5), 375-393 ; Teixeira, A., & Rocha, M.F. (2010). Cheating by economics and business undergraduate students: An exploratory international assessment. *High Education*. 59, 663-701 ; Walker, J. (2010, February). Measuring plagiarism: researching what students do, not what they say they do. *Studies in Higher Education*, 35(1), 41-59 ; Witherspoon, M., Maldonado, N., & Lacey, C. (2012, January). Undergraduates and academic dishonesty. *International Journal of Business and Social Science*. 3(1), 76-86